



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

PROCESSO DIGITAL 1906/2026

### 2. OBJETO

“REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS”

### 3. DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE ELABORAÇÃO

**SERVIDOR:** FRANCIMARA PIRES KLASSEN

**DESIGNAÇÃO:** SETOR DE CONTRATAÇÃO

### 4. NORMAS E DIRETRIZES QUE BASEIAM ESTE ETP

**Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Lei Municipal nº 1.229/2025** – Institui a Política Municipal de Compras Públicas e o Programa Compras Municipais.

**Decreto Municipal nº 098/2025** – Regulamenta o Programa Compras Municipais referente a Política Municipal de Compras Públicas.

**Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.

**Decreto Municipal nº 103/2023** – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP.

**Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.

**Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

**Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.

**Portaria Municipal nº 030/2025** – Nomeação de fiscais e gestores.

**Acórdão nº 877/2016, Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná** – quanto à aplicação da prioridade local ou regional prevista no art. 48, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**Prejulgado nº 27, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná** – quanto à possibilidade de licitações exclusivas para ME/EPP sediadas em determinado local ou região, desde que devidamente justificadas.

### 5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objetivo o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de itens de copa e cozinha, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e departamentos da Administração Municipal, visando garantir





condições adequadas para o preparo, acondicionamento, servir e conservação de alimentos e bebidas nos ambientes públicos municipais.

A demanda contempla materiais de uso contínuo e indispensável para o funcionamento das repartições públicas, escolas, unidades de saúde, centros administrativos, programas sociais, eventos institucionais e demais setores vinculados ao Município, assegurando a manutenção das atividades administrativas e operacionais com eficiência, higiene e segurança.

Considerando a natureza contínua da utilização dos materiais de copa e cozinha, faz-se necessária a realização de processo licitatório na modalidade Registro de Preços, possibilitando aquisições parceladas conforme a necessidade da Administração, evitando estoques excessivos, reduzindo desperdícios e proporcionando maior economicidade na aplicação dos recursos públicos.

A contratação se justifica pela necessidade permanente de disponibilização de materiais de copa e cozinha essenciais ao desempenho das atividades diárias dos órgãos públicos municipais, uma vez que tais itens são utilizados rotineiramente no preparo e fornecimento de alimentação, organização de ambientes, atendimento ao público e manutenção das condições adequadas de higiene e funcionamento das unidades administrativas.

A ausência desses materiais poderá comprometer a continuidade dos serviços públicos, ocasionando prejuízos ao funcionamento das Secretarias Municipais, especialmente em setores que realizam atendimento direto à população, preparo de merenda escolar, serviços de saúde e assistência social. Dessa forma, a aquisição visa garantir eficiência administrativa, melhores condições de trabalho aos servidores e adequado atendimento aos munícipes.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se a solução mais vantajosa para a Administração Pública, considerando que a demanda é variável durante o exercício, permitindo contratações futuras conforme a necessidade efetiva, com maior controle dos quantitativos, racionalização dos gastos públicos e observância aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 6. ÁREAS REQUISITANTES

ÁREA REQUISITANTE	RESPONSÁVEL
SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL	CLEMARI DA MOTTA FINGER





SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	SELVINO LIRA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	GELSO ROBERTO CHIOQUETTA
SECRETARIA DE SAÚDE	RONAN ERNZEN
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CELSO JOSÉ GRIEBELER
SECRETARIA DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	DONIZETE MARQUES
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	CLECIDLE FABIANE

## 7. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório para Registro de Preços visando a futura e eventual aquisição de itens de copa e cozinha, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Termo de Referência, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e departamentos da Administração Municipal.

A contratação abrangerá materiais de consumo e utensílios de copa e cozinha necessários para garantir a continuidade das atividades administrativas, operacionais e institucionais do Município, proporcionando condições adequadas de preparo, armazenamento, organização e fornecimento de alimentos e bebidas nos diversos setores públicos.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a demanda da Administração Municipal, mediante emissão de autorização de fornecimento ou nota de empenho, permitindo maior controle de consumo, evitando aquisições desnecessárias e promovendo economicidade na gestão dos recursos públicos.

A solução adotada por meio do Sistema de Registro de Preços possibilita maior flexibilidade nas aquisições, considerando que os quantitativos podem variar conforme as necessidades das Secretarias ao longo da vigência da ata, assegurando eficiência administrativa, planejamento e continuidade dos serviços públicos.

Para atendimento da necessidade administrativa, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

### 1. Requisitos Gerais

- Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso e entregues em perfeitas condições de utilização;
- Os produtos deverão atender às especificações técnicas mínimas constantes no Termo de Referência;
- Os itens deverão possuir padrão de qualidade adequado, observando normas técnicas aplicáveis, quando houver;







- Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, sem avarias, deformações ou sinais de deterioração.

## **2. Requisitos de Fornecimento**

- O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração;
- A entrega deverá ocorrer no prazo estabelecido no Termo de Referência, após emissão da autorização de fornecimento;
- A empresa contratada deverá realizar a entrega nos locais indicados pela Administração Municipal;
- Os custos com transporte, carga, descarga e demais despesas logísticas serão de responsabilidade da contratada.

## **3. Requisitos de Qualificação**

- A empresa deverá comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado;
- Poderá ser exigida comprovação de capacidade técnica compatível com o fornecimento dos materiais.

## **4. Requisitos de Aceitação dos Produtos**

- Os materiais serão recebidos provisoriamente para conferência quantitativa e qualitativa;
- Produtos em desacordo com as especificações deverão ser substituídos pela contratada sem ônus ao Município;
- A Administração poderá recusar itens com qualidade inferior, defeitos ou incompatibilidade com as especificações exigidas.

## **5. Requisitos da Ata de Registro de Preços**

- A Ata terá vigência conforme previsão legal e editalícia;
- Os preços registrados deverão permanecer compatíveis com os praticados no mercado;
- A contratação não obriga a Administração a adquirir os quantitativos totais estimados, tratando-se de mera expectativa de consumo.

## **8. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

### **8.1 LEVANTAMENTO DE MERCADO – PROGRAMA DE COMPRAS MUNICIPAIS** **Levantamento de Mercado e Análise da Solução Proposta**





Para atendimento da demanda referente ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de itens de copa e cozinha, foi realizado levantamento de mercado utilizando o Programa Compras Municipais do Município de Sulina, instituído pela Lei Municipal nº 1229/2025 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 098/2025, observando os princípios da eficiência, competitividade, economicidade e desenvolvimento econômico local e regional.

A análise de mercado foi realizada em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Compras Públicas, especialmente quanto ao fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte locais e regionais, promoção da geração de emprego e renda, ampliação da eficiência das políticas públicas e desenvolvimento econômico regional, conforme previsto no art. 1º da Lei Municipal nº 1229/2025.

Durante o levantamento de mercado foram identificados no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas e/ou empresas de pequeno porte sediados na região Sudoeste do Paraná, aptos ao fornecimento dos itens pretendidos, atendendo ao disposto no art. 6º, §1º, inciso V, do Decreto Municipal nº 098/2025, que autoriza a aplicação dos benefícios de regionalidade quando comprovada a existência mínima de fornecedores competitivos no âmbito regional.

A definição da regionalidade adotou como parâmetro a região Sudoeste do Paraná, considerando sua proximidade logística, integração econômica regional, viabilidade operacional de fornecimento e compatibilidade com os objetivos da Política Municipal de Compras Públicas, nos termos do art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 098/2025.

A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório mediante Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado conforme a necessidade da Administração Municipal, associado à aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte locais e regionais, conforme previsão da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei nº 14.133/2021 e da legislação municipal vigente.

A adoção do Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável do consumo dos materiais de copa e cozinha pelas diversas Secretarias Municipais, permitindo maior controle de estoque, racionalização das aquisições e melhor planejamento administrativo.

Além disso, a aplicação da política pública de regionalidade encontra respaldo técnico e jurídico no Programa Compras Municipais, especialmente no fortalecimento da economia regional, ampliação da participação das microempresas e empresas de





pequeno porte e utilização do poder de compra da Administração Pública como vetor de desenvolvimento econômico e social.

### **Vantagens Técnicas da Solução**

- Redução dos custos logísticos em razão da proximidade regional dos fornecedores;
- Maior agilidade nas entregas e reposições emergenciais;
- Facilidade no acompanhamento contratual e fiscalização do fornecimento;
- Maior eficiência operacional no fornecimento parcelado;
- Estímulo ao desenvolvimento econômico regional;
- Incentivo à geração de emprego e circulação de renda na região Sudoeste do Paraná;
- Ampliação da participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas;
- Fortalecimento das políticas públicas previstas na Lei Municipal nº 1229/2025 e no Decreto nº 098/2025;
- Maior integração entre Administração Pública e mercado fornecedor regional.

### **Desvantagens Técnicas da Solução**

- Possibilidade de limitação da competitividade em determinados itens específicos;
- Eventual oscilação de preços em relação a grandes centros comerciais;
- Dependência da capacidade operacional dos fornecedores regionais;
- Risco de menor variedade de marcas em alguns produtos.

### **Custos Estimados e Impactos Econômicos**

Os custos estimados foram obtidos mediante levantamento realizado junto ao Programa Compras Municipais, pesquisas em contratações públicas similares, atas de registro de preços vigentes, fornecedores regionais e bases oficiais de consulta de preços, em conformidade com a legislação aplicável.

A aplicação da política pública de regionalidade apresenta impactos econômicos positivos relevantes, dentre eles:

- Fortalecimento do comércio e da economia regional;
- Incentivo à manutenção e geração de empregos locais;
- Ampliação da arrecadação tributária indireta;







- Estímulo ao crescimento das microempresas e empresas de pequeno porte;
- Redução de custos indiretos relacionados ao transporte e logística;
- Maior circulação de recursos financeiros no âmbito regional;
- Desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas locais.

## **Riscos Identificados e Medidas Mitigadoras**

### **Risco: Redução da competitividade**

#### **Medida**

#### **Mitigadora:**

Realização de ampla divulgação do certame e comprovação prévia da existência mínima de 03 fornecedores regionais competitivos, conforme exigência do Decreto Municipal nº 098/2025.

### **Risco: Preços acima da média de mercado**

#### **Medida**

#### **Mitigadora:**

Utilização de pesquisa de preços diversificada, incluindo bases oficiais, contratos públicos, atas vigentes e fornecedores diversos, evitando formação inadequada do preço de referência.

### **Risco: Atrasos no fornecimento**

#### **Medida**

#### **Mitigadora:**

Definição clara de prazos contratuais, fiscalização contínua e previsão de sanções administrativas em caso de descumprimento.

### **Risco: Fornecimento de produtos incompatíveis com as especificações**

#### **Medida**

#### **Mitigadora:**

Estabelecimento detalhado das especificações técnicas e conferência no recebimento dos materiais.

### **Risco: Insuficiência operacional dos fornecedores regionais**

#### **Medida**

#### **Mitigadora:**

Exigência de regularidade fiscal, jurídica e qualificação mínima compatível com o objeto contratado.

## **Viabilidade e Recomendação**

Após análise do levantamento de mercado e das disposições constantes da Lei Municipal nº 1229/2025 e do Decreto Municipal nº 098/2025, conclui-se que a aplicação da política pública de regionalidade no presente procedimento licitatório mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional, jurídico e econômico.





Restou comprovada a existência de fornecedores regionais aptos ao atendimento da demanda, bem como identificados benefícios concretos relacionados ao fortalecimento da economia regional, geração de empregos, eficiência logística e promoção do desenvolvimento econômico local e regional.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório com aplicação dos benefícios previstos no Programa Compras Municipais, considerando que a medida atende aos princípios da eficiência, planejamento, desenvolvimento regional, competitividade e interesse público, apresentando resultado positivo para implementação da política pública municipal de compras governamentais.

Conforme verificado no último procedimento licitatório para aquisição de materiais de copa e cozinha, constatou-se recorrente inadimplência contratual por parte de empresas sediadas fora da região Sudoeste do Paraná, especialmente relacionada ao atraso na entrega dos produtos solicitados pela Administração Municipal. As notificações emitidas pelo Município demonstram descumprimento reiterado dos prazos previstos em edital, comprometendo o abastecimento regular das Secretarias Municipais e ocasionando prejuízos à continuidade dos serviços públicos. Dentre os casos identificados, destacam-se empresas sediadas nos Estados de Santa Catarina e Minas Gerais, que não efetuaram as entregas dentro do prazo máximo de 10 dias úteis estabelecido contratualmente, tornando-se inadimplentes perante a Administração Municipal.

Dessa forma, a aplicação do benefício de regionalidade previsto na Lei Municipal nº 1229/2025 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 098/2025 mostra-se plenamente justificada e alinhada ao interesse público, especialmente diante da necessidade de garantir maior eficiência logística, redução de atrasos, agilidade nas entregas e melhor acompanhamento contratual. A priorização de fornecedores regionais fortalece a capacidade de resposta às demandas da Administração, reduz riscos de desabastecimento e contribui para a efetividade das contratações públicas, além de fomentar o desenvolvimento econômico regional, em conformidade com os objetivos da Política Municipal de Compras Públicas e da Lei nº 14.133/2021.

## 8.2. LEVANTAMENTO DE MERCADO LOCAL, REGIONAL E GERAL







Para fins de análise da aplicação dos benefícios previstos na Lei Municipal nº 1.229/2025 e no Decreto Municipal nº 098/2025, foram avaliados fornecedores potenciais nos seguintes âmbitos:

Âmbito	Critério utilizado	Fornecedores Identificados	Observações
Regional	Mesorregião Sudoeste do Paraná	SUPERMERCADO DIMANAR CNPJ 77.701.720/0001-09	
Regional	Mesorregião Sudoeste do Paraná	INOVE LICITAÇÕES LTDA CNPJ 23.567.504/0001-93	
Regional	Mesorregião Sudoeste do Paraná	SEDA FLOR COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA CNPJ 05.777.506/0001-25	

### 8.3. FONTES CONSULTADAS

**Foram utilizadas as seguintes fontes:**

- ( ) Cadastro municipal de fornecedores
- ( ) Alvarás municipais
- ( ) Junta Comercial
- (X) Receita Federal
- ( ) Associação Comercial ou Empresarial
- ( ) Sindicatos ou entidades representativas
- ( ) Contratações anteriores
- ( ) Pesquisa direta com fornecedores
- ( ) Painel de preços ou banco de preços
- ( ) Portal Nacional de Contratações Públicas
- ( ) Outros: \_\_\_\_\_





#### **8.4. ANÁLISE PRELIMINAR DO MERCADO FORNECEDOR**

A análise preliminar do mercado fornecedor, realizada para fins de aplicação do benefício de regionalidade previsto na Lei Municipal nº 1229/2025 e no Decreto Municipal nº 098/2025, identificou a existência de no mínimo 03 (três) fornecedores regionais potencialmente aptos ao fornecimento dos itens de copa e cozinha objeto da futura contratação, demonstrando a viabilidade técnica e mercadológica da adoção da política pública de priorização regional.

Foram identificadas empresas sediadas na região Sudoeste do Paraná, enquadradas como microempresas e atuantes em segmentos compatíveis com o objeto licitado, dentre elas: a empresa SUPERMERCADO DIMANAR LTDA, sediada no Município de Sulina/PR, com atividade de comércio varejista de mercadorias em geral e produtos alimentícios ; a empresa INOVE LICITAÇÕES LTDA, sediada no Município de Itapejara D'Oeste/PR, atuante no comércio varejista e atacadista de diversos produtos de uso doméstico, higiene, limpeza e utilidades em geral ; e a empresa SEDA FLOR COMÉRCIO DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA, sediada no Município de Francisco Beltrão/PR, especializada no comércio atacadista e varejista de utilidades domésticas . A partir da análise cadastral e das atividades econômicas registradas junto à Receita Federal, verificou-se que as empresas possuem compatibilidade operacional e comercial com o objeto pretendido, evidenciando capacidade potencial para atendimento das demandas da Administração Municipal. Ressalta-se que, nos termos do Decreto Municipal nº 098/2025, a existência desses fornecedores competitivos constitui pressuposto suficiente para o planejamento da aplicação da prioridade regional, não sendo necessária a participação efetiva de todos os fornecedores na futura sessão pública.

Dessa forma, conclui-se que o mercado regional apresenta competitividade mínima adequada para aplicação do benefício de regionalidade no presente procedimento licitatório, em conformidade com o art. 6º, §1º, inciso V, e art. 19, inciso I, do Decreto Municipal nº 098/2025, demonstrando-se viável a adoção da política pública de fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região Sudoeste do Paraná.

#### **9. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS**





ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR MÉDIO	VALOR FINAL
1	AFIADOR DE FACAS PROFISSIONAL 4 EM 1, EM AÇO INOXÍDAVEL, COM 4 FENDAS SENDO ELAS PARA AFIAÇÃO DE TESOURAS, FACAS E LÂMINAS CEGAS, FACAS E RETOQUES RÁPIDOS PARA UMA FACA JÁ AFIADA	UN	8	34,2	R\$ 273,60
2	AVENTAL PARA COZINHA - 100% ALGODÃO	UN	44	49,28	R\$ 2.168,32
3	BACIA PLASTICO TRANSPARENTE – 30 LT SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (A/C) 21,5 CM X 45 CM - DIÂMETRO DA ALÇA 45 CM	UN	20	22,22	R\$ 444,40
4	BALDE DE PLÁSTICO REFORÇADO - 20 LT SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (D/A) 34,5 CM X 35 CM	UN	20	31,41	R\$ 628,20
5	BALDE DE PLÁSTICO COM TAMPAS E ALÇA – 10 LT COR BRANCO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (A/D) 27 CM X 27 CM	UN	20	21,43	R\$ 428,60
6	BANDEJA DE PAPELÃO REVESTIDA DE PAPEL ALUMÍNIO Nº 6 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L) 46 CM X 39 CM	UN	60	3,9	R\$ 234,00
7	BANDEJA DE PLASTICO RETANGULAR Nº 3, CAPACIDADE: 13,7 LT, TAMANHO (C/L/ A) 55 CM X 33 CM X 10 CM	UN	60	25,66	R\$ 1.539,60
8	BOMBA PARA CHIMARRÃO INOX - DIMENÇÕES (23,5 CM COMPRIMENTO) - COM ESCOVA PARA LIMPEZA DE BOMBA SEGUINDO AS DIMENÇÕES (COMPRIMENTO 25 CM)	UN	20	35,33	R\$ 706,60
9	BULE Nº18 ALUMINIO, CABO DE MADERIRA RESISTENTE	UN	4	85,76	R\$ 343,04
10	CAIXA MULTIUSO Nº 100 LT COM TAMPAS QUE TRAVA SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L/A) 609 MM X 500 MM X 450 MM	UN	35	235,39	R\$ 8.238,65
11	CAIXA ORGANIZADORA – 56 LT COM TAMPAS QUE TRAVA SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L/A) 58 CM X 40 CM X 34 CM	UN	30	61,45	R\$ 1.843,50
12	CAIXA TÉRMICA 50 LTS COM ALÇAS, TAMPAS REMOVÍVEL/ TEMPERATURA QUENTE E FRIO SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L/A) 60 CM X 40 CM X 32 CM	UN	27	379,49	R\$ 10.246,23
13	CANECA DE ALUMINIO COM ALÇA, ALUMINIO POLIDO, ALTURA 5,5 CM , DIÂMETRO 6,5 CM, CAPACIDADE 180 ML	UN	100	14,5	R\$ 1.450,00
14	COLHER DE SOPA, EM INOX, COMPRIMENTO 20 CM, DIAMETRO DA COLHER 4CM,	UN	170	3,89	R\$ 661,30
15	CHALEIRA Nº22, 6 LITROS EM ALUMINIO, CABO DE MADEIRA	UN	6	129,55	R\$ 777,30







16	CHALEIRA INOX – 03 LT SEGUINDO AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES (18,3 CM X 14,5 CM)	UN	4	134,9	R\$	539,60
17	COLHER DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO REFORÇADO 17,5 CM, PACOTE COM 50 UN	UN	120	8,22	R\$	986,40
18	COPO AMERICANO SIMPLES, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE 190 ML, MATERIAL VIDRO	UN	30	2,19	R\$	65,70
19	COPO TULIPA SIMPLES, COR TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 240 ML, MATERIAL VIDRO	UN	30	9,19	R\$	275,70
20	CONCHA PARA COZINHA EM INOX SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L) 65 CM X 9,6 CM - 90G	UN	10	19,5	R\$	195,00
21	CORTADOR DE BATATA PALITO DE POLIETILENO LÂMINA COM AÇO INOXÍDAVEL SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L) 17 CM X 9.8 CM	UN	6	26,03	R\$	156,18
22	CORTADOR E RALADOR DE LEGUMES DUPLA FACE ACOMPANHADO PROTETOR COM DENTES POLIESTIRENO E AÇO INOXÍDAVEL SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES (C/L) 26 CM X LARGURA 7 CM	UN	6	25,22	R\$	151,32
23	CUIA PARA CHIMARRÃO TAMANHO GRANDE SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES (ALTURA 17 CM)	UN	30	44,9	R\$	1.347,00
24	DECORADOR DE BOLO INDUSTRIAL 8 BICOS COM A CAPACIDADE DE 350 ML	UN	4	13,5	R\$	54,00
25	EMBALAGEM DE PLÁSTICO PARA SALADA Nº 12 / CX. COM 100 UN.	UN	15	133,5	R\$	2.002,50
26	EMBALAGEM DE PLÁSTICO PARA SALADA Nº 13 / CX. COM 100 UN.	UN	15	147	R\$	2.205,00
27	EMBALAGEM DE PLÁSTICO PARA SALADA Nº 17 / CX. COM 100 UN.	UN	15	168,39	R\$	2.525,85
28	EMBALAGEM DE PLÁSTICO PARA SALADA Nº 10 / CX. COM 100 UN.	UN	15	92,41	R\$	1.386,15
29	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA BOLO COM TAMPA 5 Kg COM 40 CONJUNTOS: Medidas Externas: 460 mm (46 cm) x 370 mm (37 cm) x 125 mm (12,5 cm), Base Branca, 5,000 kg	UN	15	292,95	R\$	4.394,25
30	EMBALAGEM DE POTE COM SOBRETAMPA 380ML C/25 UN (POTE REDONDO 380G) MEDIDA APROX. A 7,5 cm X L 8 cm/ Tampa: C: 9,5 cm;	UN	400	33,1	R\$	13.240,00
31	ESCORREDOR DE MACARRÃO INDUSTRIAL, CAPACIDADE 11 LITROS	UN	6	130,76	R\$	784,56
32	ESCUMADEIRA EM ALUMÍNIO GRANDE - SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES (DIÂMETRO 16CM X COMPRIMENTO 75CM)	UN	16	46,65	R\$	746,40
33	FACA DE MESA, AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 22 CM, LARGURA 2CM	UN	140	9,36	R\$	1.310,40





34	FACA PARA CORTE DE CARNE CABO EM POLIPROPILENO, LÂMINA EM AÇO CARBONO - SEGUINDO ESPECIFICAÇÕES (COMPRIMENTO DA LÂMINA 24,2 CM X LARGURA 6,2 CM) CABO COM COMPRIMENTO DE 14,3 CM	UN	30	22,25	R\$ 667,50
35	FILTRO DE PAPEL PARA CAFÉ 103 CX CONTENDO 30UN	UN	40	5,99	R\$ 239,60
36	FORMA ASSADEIRA DE ALUMÍNIO, Nº8, RETANGULAR	UN	20	86,68	R\$ 1.733,60
37	FORMA DE VIDRO RETANGULAR FUNDA, COM TAMPA, CAPACIDADE 5,3 LITRO, COR TRANSPARENTE	UN	20	76,7	R\$ 1.534,00
38	FORMA PARA BOLO COM BORDA ALTA EM ALÚMINIO Nº4 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (C/L/A) 39,0 X 26,5 X 5,0	UN	20	41,63	R\$ 832,60
39	FORMA PARA BRIGADEIRO Nº 05 EM PAPEL, CORES VARIADAS PACOTE COM 200UN	UN	20	8,15	R\$ 163,00
40	FORMA REDONDA PARA BOLO BORDA ALTA, COM FUNDO REMOVÍVEL - ESPECIFICAÇÕES DIÂMETRO 25 CM X ALTURA 10 CM	UN	16	41,94	R\$ 671,04
41	GARFO DE MESA, AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 20 CM	UN	140	5,06	R\$ 708,40
42	GARFO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO RESISTENTE: PACOTE COM 50 UN. SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (COMPRIMENTO 18CM)	UN	100	13,63	R\$ 1.363,00
43	GARRAFA TÉRMICA COM ALÇA E TAMPA, CAPACIDADE PARA 5 LT - SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (L/A) 36CM X 28CM	UN	20	54	R\$ 1.080,00
44	GARRAFA TÉRMICA INOX COM BOMBA DE PRESSÃO, CAPACIDADE PARA 1,8 LITRO	UN	30	120,22	R\$ 3.606,60
45	GUARDANAPO DE PAPEL 30 X 30 CM COM 50 UN	UN	115	4,16	R\$ 478,40
46	JARRA PLÁSTICA, 04 LITROS COM TAMPA, MATERIAL POLIPROPILENO, ALTURA 28 CM, DIÂMETRO 16 CM	UN	20	37,72	R\$ 754,40
47	LUVA LATEX PROCEDIMENTO COR NATURAL COM PÓ - CAIXA COM 100 UN. TAMANHOS DIVERSOS (P, M e G)	UN	22	19,21	R\$ 422,62
48	MAÇO DE COPOS DESCARTÁVEIS PARA 180 ML, EMBALAGEM COM 100 UN	UN	170	5,99	R\$ 1.018,30
49	MAÇO DE COPOS DESCARTÁVEIS, CAPACIDADE PARA 300 ML, EMBALAGEM COM 100 UN	UN	100	16,72	R\$ 1.672,00
50	MAÇO DE COPOS DESCARTÁVEIS, CAPACIDADE PARA 50 ML, EMBALAGEM COM 100 UN	UN	40	3,87	R\$ 154,80





51	PANELA DE ALUMINIO BATIDO FUNDIDO COM TAMPA, E ALÇAS INTEGRADAS REVESTIDAS EM MADEIRA Nº 28, COM CAPACIDADE DE 5,600 L SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES (A/D/E) 12CM X 28 CM X 6 MM	UN	15	160,7	R\$ 2.410,50
52	PANELA DE ALUMÍNIO BATIDO FUNDIDO COM TAMPA, E ALÇAS Nº 40 SEGUINDO AS ESPECIFICAÇÕES, CAPACIDADE DE 15L E COM DIÂMETRO 40 CM (A/L) 40 CM X 15 CM	UN	13	152,9	R\$ 1.987,70
53	PANO DE PRATO – 100 % ALGODÃO, SEM ESTAMPA, TAM. 47 CM x 68 CM	UN	100	5,13	R\$ 513,00
54	PANELA DE PRESSÃO, CAPACIDADE 20 LITROS, ALUMINIO	UN	5	451,45	R\$ 2.257,25
55	PAPEL ALUMINIO, ROLO COM 4 MT	UN	60	9,66	R\$ 579,60
56	PIPOQUEIRA INDUSTRIAL DE ALUMINIO REFORÇADO 10L, COM SUPORTE DE ALUMINIO DENTRO DO RECIPIENTE PARA MOVIMENTAR MILHOS COM AS DIMENSÕES (D/A) 25CM X 34,5 CM	UN	4	120,63	R\$ 482,52
57	POTE DE PLASTICO COM TRAVA TRANSPARENTE CAP. 2,6L - MEDINDO (C/L/A) 25,0x17,5x9,7 cm	UN	4	17,49	R\$ 69,96
58	POTE DE PLASTICO RETANGULAR COM TAMPA E TRAVA CAP. 1,1 L/ TAMANHO APROXIMADO: 21,5X14,5X6,5CM- COR TRANSPARENTE	UN	20	5,04	R\$ 100,80
59	POTE DE PLASTICO COM TRAVA TRANSPARENTE CAP. 3,5L - MEDINDO (C/L/A) 25,3x17,4x12,2 cm	UN	10	22,71	R\$ 227,10
60	PRATO DE PAPELAO REDONDO Nº 06 CAIXA COM 100 UN, TAMANHO EM MÉDIA 38,0 X 47,0	UN	40	42,05	R\$ 1.682,00
61	PRATO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO, COR BRANCO, PACOTE COM 10 UN, TAMANHO 150 MM	UN	100	2,31	R\$ 231,00
62	PRATO DESCARTÁVEL DE PLÁSTICO, COR BRANCO, PACOTE COM 10 UN, TAMANHO 210 MM	UN	40	4,19	R\$ 167,60
63	PRATOS RASOS DE VIDRO SENDO: 22 CM COMPRIMENTO, FORMA REDONDA, DIÂMETRO DE 3 CM E ALTURA 2 CM, PODENDO SER USADO EM LAVA-LOUÇAS E MICROONDAS, COR TRANSPARENTE.	UN	30	11,81	R\$ 354,30
64	RALADOR DE LEGUMES EM ALUMÍNIO 4 FACES	UN	10	26,29	R\$ 262,90
65	SACO PLASTICO PARA HOT DOG MEDINDO APROX. 13CM X 14CM, PACOTE CX/100 UN.	UN	20	23,05	R\$ 461,00
66	SACO PLASTICO HOT DOG MEDINDO APROX. 19 CM X 11,5CM	UN	20	16,47	R\$ 329,40
67	SAQUINHO DE PIPOCA Nº2 PAPEL BRANCO MONO MEDINDO 14,5x8,5cm C/500 Un	UN	20	30,95	R\$ 619,00
68	SAQUINHO DE PIPOCA Nº4 PAPEL BRANCO SACO MONO, MEDINDO 18,5x9cm C/500 UM	UN	20	55,16	R\$ 1.103,20







69	TABUA DE CARNE – POLIETILENO TAM. (C/L) 60 CM X 40 CM EXPESSURA 2 CM	UN	20	28,44	R\$	568,80
70	TOUCAS DESCARTÁVEIS, EMBALAGEM COM 100 UN, SANFONADA E COM ELÁSTICO, GRAMATURA 10, COR BRANCA, TNT	UN	21	18,75	R\$	393,75
71	VARETAS DE BAMBU PARA ALGODAO DOCE – CUMPRIMENTO MÍNIMO 40 CM, PACOTE COM 100 UN	UN	30	14,99	R\$	449,70
72	PANELA DE PRESSÃO 6 LT FECHAMENTO EXTERNO	UN	3	194,88	R\$	584,64
73	JOGO DE PANEAS 7 PEÇAS	UN	6	237,6	R\$	1.425,60
74	PANELA CALDEIRÃO TEFLON ANTIADERENTE	UN	6	258,69	R\$	1.552,14
75	CAÇAROLA ANTIADERENTE EM CERÂMICA 30CM	UN	7	443,76	R\$	3.106,32
76	PANELA DE ALUMÍNIO FUNDIDO GROSSO AVULSA GRANDE 10 LITROS	UN	2	216,85	R\$	433,70
77	CONJUNTO DE PRATO BRANCO COM 24 UNIDADES	UN	6	378,19	R\$	2.269,14
78	JOGO DE 6 PRATOS SOBREMESA COR BRANCO	UN	12	60,6	R\$	727,20
79	JOGO DE COPOS DE VIDRO 300ML 6 PEÇAS	UN	10	38,74	R\$	387,40
80	JOGO DE 6 XÍCARAS COM PIRES DE CAFÉ E CHÁ 220ML	UN	5	95,49	R\$	477,45
81	SUORTE PARA COPO DESCARTÁVEL	UN	8	45,33	R\$	362,64
82	COPO DE ISOPOR PARA CAFE, 180 ML	UN	1000	1,89	R\$	1.890,00
83	BANDEJA DE ISOPOR PARA CAFE, 21C x 14L x 1,8A centímetros	UN	1000	0,38	R\$	380,00
	<b>TOTAL</b>				<b>R\$</b>	<b>108.296,52</b>

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 10.1 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO – PROGRAMA MUNICIPAL DE COMPRAS

#### Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando as disposições da Lei Complementar Federal nº 123/2006, da Lei Municipal nº 1.229/2025 e do Decreto Municipal nº 098/2025, que instituem a Política Municipal de Contratações Públicas e o Programa Compras Municipais.

O levantamento de preços foi realizado mediante pesquisa de mercado composta por cotações obtidas junto a fornecedores locais e regionais da região Sudoeste do Paraná, consultas em sítios eletrônicos especializados, plataformas de comércio eletrônico, contratações públicas similares e demais fontes admitidas pela legislação vigente, buscando assegurar compatibilidade com os preços praticados no mercado e observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

Foram utilizadas cotações válidas de empresas potencialmente aptas ao fornecimento dos materiais, dentre elas fornecedores sediados nos Municípios de Sulina/PR, Itapejara





D'Oeste/PR e Francisco Beltrão/PR, em conformidade com o Programa Compras Municipais. Os orçamentos locais e regionais demonstram compatibilidade mercadológica e capacidade de fornecimento dos itens pretendidos.

A pesquisa de preços também considerou consultas em plataformas eletrônicas de comércio e fornecedores externos, visando ampliar a base comparativa da estimativa e garantir maior segurança técnica na formação do preço de referência. Como exemplo, foram utilizados valores de mercado para itens como afiador de facas, aventais e utensílios plásticos disponíveis em plataformas eletrônicas especializadas.

Em razão da ampla diversidade dos objetos licitados, envolvendo itens de naturezas distintas, utilidades domésticas, descartáveis, utensílios de cozinha, recipientes plásticos, materiais de apoio e produtos específicos, verificou-se que determinados itens possuíam limitação de fornecedores regionais ou dificuldade de obtenção simultânea de três cotações válidas compatíveis com todas as especificações exigidas pela Administração. Dessa forma, alguns itens apresentaram apenas 02 (dois) orçamentos válidos, situação que pode ocasionar variações percentuais mais elevadas entre os valores pesquisados, especialmente em produtos de menor oferta regional, itens específicos ou de baixa padronização comercial.

Tal circunstância, contudo, não compromete a confiabilidade da pesquisa de preços, uma vez que foram adotadas fontes complementares de consulta, análise comparativa de mercado e verificação da compatibilidade dos valores praticados, observando-se os parâmetros de razoabilidade e vantagem previstos na legislação vigente. Além disso, a Administração considerou os impactos positivos decorrentes da aplicação da política pública de regionalidade, especialmente quanto à redução de custos indiretos relacionados ao transporte, maior agilidade nas entregas, diminuição do risco de desabastecimento, facilidade de fiscalização contratual e fortalecimento da economia regional.

A análise comparativa entre fornecedores locais, regionais e externos demonstrou que, embora alguns itens possam apresentar pequena variação de preços em relação a fornecedores de grandes centros comerciais, a aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 098/2025 mostra-se economicamente vantajosa para a Administração Pública, considerando não apenas o menor preço imediato, mas também os ganhos logísticos, operacionais e econômicos indiretos decorrentes da contratação regionalizada.





Dentre os impactos econômicos e logísticos positivos identificados com a aplicação do Programa Compras Municipais, destacam-se:

- redução do prazo médio de entrega dos materiais;
- maior disponibilidade para reposições emergenciais;
- diminuição dos custos indiretos de transporte e logística;
- fortalecimento da manutenção de estoques locais e regionais;
- geração de emprego e renda no comércio regional;
- incremento da arrecadação tributária local;
- fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte;
- ampliação da circulação econômica regional;
- melhoria da eficiência operacional da Administração Pública.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa do valor da contratação foi elaborada de forma compatível com a realidade mercadológica regional, atendendo aos princípios da economicidade, planejamento, eficiência e desenvolvimento econômico local e regional, demonstrando-se viável e vantajosa a aplicação dos benefícios previstos na Política Municipal de Contratações Públicas e no Programa Compras Municipais.

## **10.2. ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO – PROGRAMA COMPRAS MUNICIPAIS**

### **Análise de Viabilidade da Contratação**

A presente contratação, destinada ao Registro de Preços para futura e eventual aquisição de itens de copa e cozinha para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, mostra-se viável sob os aspectos técnicos, operacionais, econômicos, orçamentários, jurídicos e socioeconômicos, em conformidade com a Política Municipal de Compras Públicas instituída pela Lei Municipal nº 1.229/2025 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 098/2025.

### **Viabilidade Técnica**

A solução proposta demonstra-se tecnicamente adequada às necessidades da Administração Municipal, considerando que os materiais de copa e cozinha constituem itens essenciais para manutenção das atividades administrativas, operacionais e institucionais dos diversos setores públicos municipais.

O modelo de contratação por meio do Sistema de Registro de Preços apresenta-se compatível com a natureza contínua e variável do consumo dos materiais, permitindo fornecimento parcelado conforme demanda, melhor controle de estoque, racionalização das aquisições e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.







A análise preliminar do mercado fornecedor identificou a existência de fornecedores locais e regionais potencialmente aptos ao atendimento do objeto, incluindo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região Sudoeste do Paraná, demonstrando capacidade operacional, compatibilidade comercial e viabilidade logística para execução contratual.

Além disso, experiências anteriores da Administração demonstraram dificuldades recorrentes relacionadas a atrasos de entrega por fornecedores sediados fora da região, circunstância que reforça tecnicamente a adoção da política pública de regionalidade como instrumento de melhoria da eficiência contratual e redução de riscos operacionais.

### **Viabilidade Econômica e Orçamentária**

A estimativa de custos foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada junto a fornecedores locais, regionais, consultas em plataformas eletrônicas, contratos públicos similares e demais fontes admitidas pela legislação vigente, demonstrando compatibilidade com os valores praticados no mercado.

A contratação mostra-se compatível com a disponibilidade orçamentária da Administração Municipal e adequada ao planejamento anual das Secretarias demandantes.

A análise comparativa entre cenários de fornecimento regional e fornecimento externo demonstrou que a aplicação dos benefícios previstos no Programa Compras Municipais pode representar vantajosidade ampliada para a Administração Pública, especialmente quando considerados fatores indiretos relacionados à logística, agilidade de entrega, redução de custos operacionais, menor risco de inadimplemento contratual e maior eficiência administrativa.

Ainda que determinados itens possam eventualmente apresentar pequena diferença nominal de preços em relação a fornecedores externos, os ganhos decorrentes da proximidade regional, facilidade de fiscalização contratual, rapidez na reposição de materiais e redução de atrasos demonstram economicidade global da solução adotada. Adicionalmente, a aplicação da política pública municipal contribui para fortalecimento do comércio regional, circulação econômica local e incremento indireto da arrecadação tributária municipal, produzindo efeitos econômicos positivos para a coletividade.

### **Viabilidade Jurídica**

A contratação encontra amparo jurídico na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei Municipal nº 1.229/2025 e no Decreto Municipal nº 098/2025, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento,





desenvolvimento nacional sustentável e tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

A aplicação do benefício de regionalidade fundamenta-se na política pública municipal de desenvolvimento econômico local e regional, observadas as condições estabelecidas na legislação municipal, especialmente quanto à comprovação da existência mínima de fornecedores competitivos regionais aptos ao atendimento da demanda.

A medida também observa os entendimentos consolidados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente no âmbito do Prejulgado nº 27, que admite a adoção de critérios de regionalidade e políticas de desenvolvimento econômico local desde que devidamente justificadas, fundamentadas no interesse público e acompanhadas da demonstração de vantajosidade para a Administração Pública.

Dessa forma, verifica-se plena conformidade jurídica da solução proposta, não sendo identificados óbices legais para prosseguimento da contratação com aplicação dos benefícios previstos no Programa Compras Municipais.

### **Viabilidade Institucional e Socioeconômica**

A contratação possui relevante potencial de fortalecimento da economia local e regional, especialmente mediante estímulo à participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município e na região Sudoeste do Paraná.

A utilização do poder de compra da Administração Pública como instrumento de desenvolvimento econômico contribui para geração de empregos, manutenção das atividades empresariais locais, circulação de renda no comércio regional e fortalecimento das cadeias produtivas relacionadas ao fornecimento de bens de consumo.

A política pública também tende a produzir impactos positivos na arrecadação municipal, no desenvolvimento econômico sustentável e na ampliação da capacidade econômica regional, promovendo maior integração entre setor público e mercado fornecedor local. Além dos impactos econômicos diretos, a contratação regionalizada fortalece institucionalmente a relação entre Administração Pública e fornecedores locais, favorecendo maior eficiência logística, melhoria do atendimento contratual e ampliação da capacidade de resposta às demandas administrativas.

### **Conclusão**

Após análise integrada dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, orçamentários, jurídicos e socioeconômicos, conclui-se que a presente contratação mostra-se plenamente viável e adequada ao interesse público.





A solução proposta apresenta equilíbrio entre custo, qualidade, segurança jurídica, eficiência administrativa e impactos socioeconômicos positivos, demonstrando vantajosidade global para a Administração Municipal.

Conclui-se ainda que a aplicação dos benefícios previstos na Política Municipal de Compras Públicas e no Programa Compras Municipais revela-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento local sustentável, podendo ser reconhecida a viabilidade ampliada da contratação mesmo em hipóteses nas quais o menor preço nominal não represente, isoladamente, a solução mais vantajosa para o interesse público municipal.

Dessa forma, recomenda-se o prosseguimento do processo licitatório com aplicação das disposições previstas na Lei Municipal nº 1.229/2025 e no Decreto Municipal nº 098/2025, considerando os benefícios institucionais, econômicos e sociais identificados no presente Estudo Técnico Preliminar.

## **11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

### **Justificativa do Parcelamento dos Itens**

A presente contratação será realizada por meio do parcelamento dos itens, adotando-se o critério de julgamento por item, considerando a natureza diversificada dos materiais de copa e cozinha que compõem o objeto da futura contratação.

O parcelamento mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que os itens possuem características distintas, diferentes especificações, unidades de fornecimento e ampla variedade de fornecedores no mercado, permitindo maior competitividade no certame e ampliação da participação de microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente fornecedores locais e regionais, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Municipal nº 1.229/2025.

A divisão por itens possibilita que empresas fornecedoras participem apenas dos objetos compatíveis com sua atividade econômica e capacidade operacional, evitando restrição indevida à competitividade e ampliando as oportunidades de participação no procedimento licitatório.

Além disso, o parcelamento contribui para obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública, permitindo maior disputa entre fornecedores e reduzindo o risco de concentração do fornecimento em uma única empresa, circunstância que também favorece a segurança contratual e reduz impactos decorrentes de eventual inadimplemento parcial.







Ressalta-se ainda que a adoção do parcelamento mostra-se compatível com a logística de fornecimento dos materiais, não comprometendo a padronização, a execução contratual ou a eficiência administrativa, considerando que os itens podem ser fornecidos de forma independente, conforme demanda das Secretarias Municipais.

A medida também atende ao princípio do desenvolvimento econômico local e regional previsto na Política Municipal de Compras Públicas, estimulando a participação de empresas regionais em itens específicos compatíveis com sua capacidade comercial e operacional.

Dessa forma, conclui-se que o parcelamento do objeto é técnica, econômica e administrativamente recomendável, promovendo maior competitividade, economicidade, eficiência e ampliação da participação de fornecedores locais e regionais, em benefício do interesse público.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

## **14. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

A presente licitação não está prevista no PCA, pois o mesmo não está implantado.

## **15. RESULTADOS PRETENDIDOS**

A presente contratação tem como objetivo assegurar o fornecimento contínuo, eficiente e adequado de itens de copa e cozinha destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e departamentos da Administração Municipal, garantindo condições apropriadas para execução das atividades administrativas, operacionais e institucionais. Com a realização do procedimento licitatório por meio do Sistema de Registro de Preços, pretende-se alcançar maior eficiência na gestão dos recursos públicos, permitindo aquisições parceladas conforme a demanda efetiva da Administração, reduzindo desperdícios, evitando formação excessiva de estoque e proporcionando melhor planejamento das contratações públicas.

Busca-se também ampliar a competitividade do certame e fomentar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais e regionais, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006, a Lei nº 14.133/2021, a Lei Municipal nº 1.229/2025 e o Programa Compras Municipais.

Dentre os principais resultados pretendidos com a contratação, destacam-se:





- garantir o abastecimento contínuo dos materiais de copa e cozinha utilizados pelas Secretarias Municipais;
- assegurar maior agilidade no fornecimento e reposição dos itens;
- reduzir riscos de desabastecimento e atrasos de entrega;
- promover maior eficiência logística e operacional;
- possibilitar economia administrativa mediante aquisições conforme necessidade;
- ampliar a competitividade e participação de fornecedores regionais;
- fortalecer o comércio local e regional;
- incentivar a geração de emprego e renda na região Sudoeste do Paraná;
- promover a circulação econômica regional por meio das compras públicas;
- reduzir custos indiretos relacionados ao transporte e logística;
- melhorar o controle de consumo e gestão de estoque;
- garantir maior segurança contratual e eficiência na fiscalização da execução.

Pretende-se ainda que a aplicação da Política Municipal de Compras Públicas produza impactos positivos no desenvolvimento econômico local e regional, utilizando o poder de compra da Administração Pública como instrumento de fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte, geração de oportunidades econômicas e promoção do desenvolvimento sustentável do Município.

Dessa forma, a contratação busca não apenas atender à necessidade administrativa imediata, mas também produzir benefícios econômicos, sociais e institucionais compatíveis com os objetivos estratégicos da Administração Municipal e com o interesse público.

## **16. ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMPRAS**

### **16.1. VINCULAÇÃO À POLÍTICA MUNICIPAL DE COMPRAS PÚBLICAS**

( x ) Sim   ( ) Não

Lei/Decreto aplicável: Lei Municipal nº 1.229/2025 e DECRETO 098/2025

Está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA)?

( ) Sim   ( X ) Não

Referência PCA: \_\_\_\_\_

### **16.2. ELEGIBILIDADE DO OBJETO**

O objeto está contemplado entre os segmentos priorizados pelo Programa?

( X ) Sim   ( ) Não   Segmento: Material de expediente;





Compatível com participação de MEs/EPPs ou agricultura familiar?

☒ Sim ☐ Não

Valor dentro dos limites legais (R\$ 80.000,00 ou 25%)?

☐ Sim ☒ Não

### 16.3 ANÁLISE DE MERCADO E COMPETITIVIDADE LOCAL/REGIONAL

Fornecedor Identificado	Município	Local ou Regional	ME/EPP/MEI	Fonte da Informação	Observações
Supermercado Dimanar	Sulina- PR	<input checked="" type="checkbox"/> Local <input type="checkbox"/> Regional	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> MEI <input checked="" type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em apuração	Receita federal	
Inove licitações LTDA	Itapejara D'Oeste-PR	<input type="checkbox"/> Local <input checked="" type="checkbox"/> Regional	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> MEI <input checked="" type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em apuração	Receita federal	
Seda Flor comércio de utilidades domésticas LTDA	Francisco Beltrão -PR	<input type="checkbox"/> Local <input checked="" type="checkbox"/> Regional	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> MEI <input checked="" type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Em apuração	Receita federal	

Há pelo menos 3 fornecedores locais/regionais?

☒ Sim ☐ Não

#### Fontes:

☐ Cadastro Municipal ☐ Junta Comercial ☒ Receita Federal

☐ Associação Empresarial ☐ Outra: \_\_\_\_\_

A aplicação dos benefícios não compromete a competitividade?

☐ Sim ☒ Não

### 16.4. ANÁLISE DE VANTAJOSIDADE E IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A aplicação é: ☒ Vantajosa ☐ Neutra ☐ Desvantajosa

#### Critérios considerados:

☒ Preço compatível com o mercado

☒ Regularidade do fornecimento ou execução

☒ Logística de entrega ou atendimento

☒ Qualidade do objeto





- ( x ) Disponibilidade operacional  
( ) Capacidade técnica dos fornecedores  
( x ) Fortalecimento de pequenos negócios  
( x ) Desenvolvimento econômico local ou regional  
( x ) Redução de custos indiretos  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

**Benefícios esperados:**

- ( ) Geração de emprego ( x ) Redução logística ( x ) Fortalecimento MPEs  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

**ANÁLISE JURÍDICA**

**Conformidade com a Lei Complementar Federal nº 123/2006:**

- ( x ) Sim ( ) Não

**Conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021:**

- ( x ) Sim ( ) Não

**Conformidade com a Lei/Decreto Municipal:**

- ( x ) Sim ( ) Não

**Impedimentos jurídicos?**

- ( x ) Não ( ) Sim (descrever): \_\_\_\_\_

**17. ANÁLISE DE RISCO**

Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Medidas Preventivas	Medidas Mitigadoras
Baixa participação de fornecedores no certame	Baixa	Médio	Ampla divulgação do edital e definição adequada das especificações técnicas	Republicação do certame e revisão das condições de participação, se necessário
Fracasso ou deserto em itens específicos	Média	Médio	Pesquisa de mercado ampla e estimativa de preços compatível com o mercado	Realização de nova licitação ou contratação conforme hipóteses legais
Atraso na entrega dos materiais	Média	Alto	Definição clara dos prazos de entrega e exigências contratuais	Aplicação de penalidades, notificações e convocação dos fornecedores remanescentes
Fornecimento de produtos em desacordo com as especificações	Média	Alto	Elaboração detalhada das especificações técnicas e conferência no recebimento	Recusa do material e substituição obrigatória sem ônus ao Município







Desabastecimento de materiais essenciais	Baixa	Alto	Planejamento adequado das quantidades e gestão de estoque	Aquisição emergencial dentro dos limites legais e priorização de itens críticos
Oscilação de preços de mercado durante a vigência da ata	Média	Médio	Pesquisa de preços atualizada e gerenciamento contínuo da ata	Revisão de preços conforme legislação e realização de novo procedimento quando necessário
Inadimplemento contratual por parte do fornecedor	Média	Alto	Análise da habilitação jurídica, fiscal e econômico-financeira	Aplicação de sanções administrativas e convocação de fornecedor remanescente
Falta de capacidade operacional do fornecedor	Baixa	Alto	Verificação da compatibilidade da atividade econômica e capacidade de fornecimento	Rescisão contratual e contratação de fornecedor subsequente
Entregas parciais ou incompletas	Média	Médio	Controle de pedidos e conferência quantitativa dos materiais recebidos	Notificação para complementação imediata do fornecimento
Erros na estimativa de quantitativos	Média	Médio	Levantamento de consumo histórico das Secretarias e planejamento da demanda	Remanejamento dos quantitativos da ata ou nova contratação complementar
Dependência excessiva de um único fornecedor	Baixa	Médio	Parcelamento dos itens e ampliação da competitividade	Convocação dos demais classificados na ata de registro de preços
Aumento dos custos logísticos por fornecedores externos	Média	Médio	Aplicação da Política Municipal de Compras Públicas e incentivo à participação regional	Priorização dos fornecedores locais e regionais quando presentes os requisitos legais
Atrasos decorrentes da distância geográfica dos fornecedores	Média	Alto	Aplicação dos benefícios de regionalidade previstos na Lei Municipal nº 1.229/2025	Fiscalização contratual rigorosa e acionamento de fornecedores remanescentes
Questionamentos ou impugnações ao edital	Baixa	Médio	Revisão jurídica prévia do processo licitatório e observância da legislação vigente	Correções tempestivas e resposta fundamentada aos questionamentos
Descumprimento da Política Municipal de Compras Públicas	Baixa	Médio	Planejamento adequado e observância dos requisitos da Lei Municipal nº 1.229/2025 e Decreto nº 098/2025	Adequação dos atos processuais e correção dos procedimentos administrativos





### Conclusão da Análise de Riscos

A análise dos riscos demonstra que a contratação apresenta riscos compatíveis com a natureza do objeto e com as práticas usuais da Administração Pública, não sendo identificados fatores capazes de inviabilizar a execução do futuro contrato ou da Ata de Registro de Preços.

Os riscos classificados como de maior impacto estão relacionados principalmente ao atraso na entrega dos materiais, inadimplemento contratual, fornecimento de produtos em desacordo com as especificações e dificuldades logísticas decorrentes de fornecedores localizados fora da região Sudoeste do Paraná. Entretanto, tais riscos podem ser adequadamente controlados mediante planejamento prévio, fiscalização contratual eficiente, definição clara das especificações técnicas e aplicação das medidas administrativas previstas na legislação.

A utilização do Sistema de Registro de Preços, associada à aplicação da Política Municipal de Compras Públicas instituída pela Lei Municipal nº 1.229/2025 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 098/2025, contribui significativamente para a redução dos riscos operacionais e logísticos, especialmente pela existência de fornecedores locais e regionais aptos ao fornecimento dos materiais.

Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados são administráveis, possuem medidas preventivas e mitigadoras adequadas e não comprometem a viabilidade da contratação, sendo recomendada a continuidade do processo licitatório em razão da vantajosidade, segurança jurídica e interesse público envolvidos.

### 18. MATRIZ DE DECISÃO: PRIORIDADE LOCAL OU REGIONAL

Requisito	Atendido?	Evidência nos Autos
O edital permitirá participação de empresas de outras localidades	( X ) Sim ( ) Não	
Há fundamentação quanto aos objetivos do art. 47 da Lei Complementar Federal nº 123/2006	( X ) Sim ( ) Não	
Há, no mínimo, três fornecedores competitivos locais ou regionais	( X ) Sim ( ) Não	
Os preços são compatíveis com o mercado	( X ) Sim ( ) Não	





A medida é vantajosa para a Administração	( X ) Sim ( ) Não	
A medida não prejudica a adequada execução do objeto	Não prejudica	
A prioridade será limitada a até 10% do melhor preço válido	( ) Sim ( x ) Não	

#### 19. MATRIZ DE DECISÃO: RESTRIÇÃO GEOGRÁFICA

Requisito	Atendido?	Evidência nos Autos
O objeto possui peculiaridade que justifique a limitação territorial	( x ) Sim ( ) Não	
Há relação concreta entre a restrição e a adequada execução do objeto	( x ) Sim ( ) Não	
Há, no mínimo, três fornecedores competitivos no âmbito territorial definido	( x ) Sim ( ) Não	
A delimitação territorial é objetiva, impessoal e justificada	( x ) Sim ( ) Não	
A medida não se fundamenta apenas em fomento econômico genérico	Não se fundamenta	
Os preços locais ou regionais são compatíveis com o mercado	( x ) Sim ( ) Não	
A restrição preserva vantajosidade e competitividade mínima	( x ) Sim ( ) Não	

#### 20. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COMPRAS

- ( x ) Recomenda-se a aplicação apenas dos benefícios gerais da Lei Complementar Federal nº 123/2006
- ( ) Recomenda-se a aplicação da prioridade de contratação local ou regional
- ( ) Recomenda-se a adoção de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI, sem restrição geográfica
- ( x ) Recomenda-se a adoção de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI sediadas em âmbito local ou regional, com restrição geográfica
- ( ) Recomenda-se a reserva de cota de até 25%
- ( ) Não se recomenda a aplicação de benefício, pelas seguintes razões:
- 





## 21. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a adequada implementação da solução, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- ☒ ( x ) elaboração ou revisão do Termo de Referência
- ☒ ( x ) complementação da pesquisa de preços
- ☒ ( x ) complementação do levantamento de fornecedores locais ou regionais
- ☒ ( x ) manifestação jurídica
- ☐ ( ) análise do Grupo de Trabalho para fomento das Compras Públicas Municipais
- ☒ ( x ) divulgação reforçada do certame junto ao mercado local ou regional
- ☐ ( ) outro: \_\_\_\_\_

Descrição das providências:

---

---

## 22. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da presente contratação estão relacionados principalmente ao consumo de materiais industrializados, utilização de embalagens para transporte e acondicionamento dos produtos, geração de resíduos sólidos ao final da vida útil dos itens e emissão de gases decorrentes do transporte dos materiais até o Município. Entretanto, considerando a natureza dos objetos licitados, tais impactos são classificados como de baixa relevância ambiental e compatíveis com as atividades rotineiras da Administração Pública.

Como medida de mitigação, a Administração poderá priorizar, sempre que possível, produtos fabricados em conformidade com a legislação ambiental vigente, incentivar o uso racional dos materiais adquiridos, promover a correta destinação dos resíduos gerados e estimular a participação de fornecedores locais e regionais, reduzindo distâncias de transporte, consumo de combustíveis fósseis e emissões de poluentes. Além disso, a aplicação da Política Municipal de Compras Públicas contribui para o desenvolvimento sustentável previsto na Lei Municipal nº 1.229/2025, conciliando a satisfação das necessidades administrativas com a responsabilidade ambiental e o fortalecimento da economia regional.

## 23. FONTE DE RECURSO

Secretaria de Promoção Social, 5-975, 5-908 e Livre  
Indústria Comércio e Turismo, livre  
Secretaria de Agricultura, livre







Secretaria de Educação Cultura e Esporte, 103 e 104 e 107 Livre  
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Livre  
Secretaria de Administração e finanças, Livre  
Secretaria de Saúde, 303.

## 24. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Estes servidores declaram **VIÁVEL** a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Sulina, Estado do Paraná, em 29 de maio de 2026.



Nome: Francimara Pires  
Klassen  
CPF: \*\*\*.637.459-\*\*

Assinado com certificado digital avançado

**FRANCIMARA PIRES KLASSEN**  
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP

Documento assinado digitalmente em 29/05/2026 09:02:18  
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/CqMF> para  
verificar a autenticidade.

